

MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO
COORDENAÇÃO GERAL DE ACOMPANHAMENTO

PROJETO
“COOPERAÇÃO EM CIENCIA E TECNOLOGIA
NO MERCOSUL”

Fase II - 1998

Realizado sob os auspícios da
ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS

Estudo

*“Considerações em torno da criação de um Modelo
de Articulação Informativa das Atividades das
Universidades no âmbito do Mercosul”*

Prof. Guy de Almeida
PUC/Minas Gerais

Brasília, dezembro 1998

CONSIDERAÇÕES EM TORNO DA CRIAÇÃO DE UM MODELO DE ARTICULAÇÃO INFORMATIVA DAS ATIVIDADES DAS UNIVERSIDADES NO ÂMBITO DO MERCOSUL

GUY DE ALMEIDA

A. OBJETIVO/ANTECEDENTES

A.1 - Este documento é um dos componentes do exame do Tema Específico "Geração e Difusão de Informações das Atividades das Universidades sobre o Mercosul", como parte da Fase II do projeto "Levantamento da Cooperação em Ciência e Tecnologia no Âmbito do Mercosul: Modelos de Articulação e Propostas de Políticas", coordenado pelo Ministério de Ciência e Tecnologia, através da Coordenação Geral de Acompanhamento da Secretaria de Acompanhamento e Avaliação (CGAC/SECAV), com financiamento da Organização dos Estados Americanos (OEA). O mencionado Tema Específico deriva da constatação na Fase I de "dificuldade em obter informações confiáveis e abrangentes" sobre a cooperação realizada pelas universidades no âmbito do Mercosul.

A.2 - A primeira etapa cumpriu-se com a realização, pela consultora, Profa. Ana Maria Cardoso, do valioso Diagnóstico anexo. O desdobramento, neste documento, tem como objetivo, conforme assinalado no Termo de Referência (TR), "o desenvolvimento de projeto de Sistema de Intercâmbio Informativo entre as universidades sobre as suas atividades em geral em relação ao Mercosul" (TR 4.2), através de um "modelo de estrutura organizacional" (TR 7.2) com aquela finalidade. Deve complementar-se (TR 7.3) com sugestões para a realização futura de trabalho similar em universidades dos demais países membros do Mercosul.

A.3 - Ao convidar o Projeto Mercosul (Promer) da PUC.Minas para a realização deste trabalho, a CGAC/SECAV/MCT pretendia como Tema Específico a geração e difusão de informação das atividades das Universidades em cooperação científica e tecnológica no Mercosul. No entanto, o Promer propôs a ampliação da abrangência para as atividades em geral das universidades em relação ao Mercosul, por ser o objetivo do Sistema de Intercâmbio Informativo em implementação sob a sua condução. O anteprojeto correspondente fora apresentado pelo próprio Promer e aprovado durante o seminário "As Atividades das Universidades sobre o Mercosul. Presente e Futuro" (PUC.Minas, novembro de 1997), motivando o interesse da CGAC/Secav/MCT que participara como observadora.

A.4 - Além da coincidência no referente à pretensão de estruturar um Sistema de Intercâmbio Informativo, a aceitação do convite pelo Promer, após a concordância da CGAC/SECAV/MCT com a ampliação da abrangência, deu-se também pela constatação:

I. de certa similaridade nas dificuldades detectadas por ambas as partes em relação à geração e difusão de informações das atividades das universidades e ao comum interesse na sua superação;

II. de que o Sistema em desenvolvimento poderia ser o "modelo articulador" pretendido pelo CGAC/SECAV/MCT, se durante a realização do diagnóstico não fosse detectada a existência de alternativa(s) mais eficiente(s).

B. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

B.1 - Com a pretensão de dar uma certa racionalidade a este documento, optou-se por uma seqüência de abordagens prévias ao exame do "modelo articulador", que permitisse um melhor entendimento de suas características e dos desdobramentos para a sua viabilização, em vista das constatações do Diagnóstico e de outros documentos.

B.2 - Para o desenvolvimento da seqüência tomou-se em consideração principalmente a experiência já acumulada na origem e implementação do Sistema de Intercâmbio Informativo, através da edição do informativo eletrônico "Mercosul nas Universidades" e os dados do Diagnóstico anexo e do

Seminário "As Atividades das Universidades sobre o Mercosul. Presente e Futuro".

B.3 - Tomou-se em conta também o público que este documento poderá alcançar, isto é, considerou-se -talvez equivocadamente- que por sua especialização não seriam de seu completo domínio antecedentes relevantes para o entendimento das origens e fundamentos do "modelo articulador".

B.4 - Nestes termos, pareceu conveniente estabelecer brevemente:

I) as características do tratamento dado à integração educacional no Mercosul, através de um "resumo documental", isto é, uma amostragem sintética do conteúdo dos principais documentos (planos e protocolos) aprovados pelos Ministros da área em suas reuniões semestrais;

II) as expectativas em relação a atividades educacionais no Mercosul, implícitas naqueles documentos. Ou seja, partir do princípio de que para gerar e difundir informações sobre atividades em processo dessa natureza é necessário verificar quais deveriam ser elas, pelo menos sob a perspectiva institucional predominante, e se estão sendo realizadas;

III) as expectativas quanto à informação na integração educacional do Mercosul;

IV) a relação institucional Universidades-Mercosul, através dos dados do Diagnóstico anexo e de outros documentos;

V) a geração e difusão de informações nas universidades, com ênfase nos obstáculos, problemas e perspectivas identificados para a sua realização;

VI) as características do "modelo de articulação" resultante do Sistema de Intercâmbio Informativo em desenvolvimento;

VII) os aspectos de natureza não operacional/informativa detectados que possam estar interferindo na produção de atividades das Universidades em relação ao Mercosul e sua influência no processo informativo;

VIII) algumas funções de uma eventual Estratégia (ou Política) de Comunicação Social projetada como instrumento para o tratamento dos problemas indicados no item anterior e, em geral, para a integração entre países.

B.5 - Finalmente serão apresentadas sugestões para a realização de trabalho similar nos demais países membros.

C. MERCOSUL E EDUCAÇÃO

C.1 - Mercosul Educacional

C.1.1 - A integração educacional, como de resto todo o processo de integração sub-regional, se caracteriza pela natureza intergovernamental de sua condução institucional (articulação política, planejamento, decisões, etc.), com intensidades variáveis de influência e importância de atores de diferentes níveis (ver H.2.1).

C.1,2 - A integração educacional entre os países membros do Mercosul não está especificamente prevista no Tratado de Assunção ou no Protocolo de Ouro Preto. No entanto, os Ministros da Educação da sub-região realizaram a sua primeira reunião institucional em 12-13 de dezembro de 1991, cerca de nove meses após a assinatura do Tratado de Assunção, em 26 de março de 1991, pelos presidentes de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Até a data de elaboração deste documento foram realizadas 14 reuniões, durante as quais os ministros aprovaram, entre outras decisões, dois Planos Trienais para o Setor Educacional, o documento "Mercosul 2.000. Desafios e Metas para o Setor Educacional" e cinco protocolos nas áreas de nível primário e médio e de ensino superior.

C.2 - Resumo documental

C.2.1 - Em seus "Antecedentes", o primeiro Plano Trienal, aprovado em junho de 1992 e posteriormente prorrogado por três anos (1992-1995/1995-1998), registrou um consenso de que "a Educação desempenhará papel central nas estratégias de desenvolvimento dos países latino-americanos para enfrentar os desafios decorrentes do avanço da revolução científica-tecnológica, da transformação produtiva, da democratização e dos processos de integração continental". Reconheceu que "o processo de integração do Mercosul reclama urgente melhoria da formação científica e tecnológica e a atualização das qualificações da força de trabalho, assim como o desenvolvimento de programas de educação ambiental, para a

saúde e de educação especial". Deu ênfase à importância de uma aliança entre o setor produtivo e o setor educacional.

C.2.2 - Estabeleceu como áreas prioritárias para a cooperação e a integração educacionais, com programas específicos: a) a formação de consciência social favorável a esse processo; b) a formação de recursos humanos para contribuir para o desenvolvimento econômico; c) a compatibilização e harmonização dos sistemas educacionais. Sub-programas em cada uma detalharam "Linhas de Trabalho" e "Atividades" para todos os níveis de ensino -gerais como "informação e reflexão sobre o impacto do processo de integração do Mercosul" ou específicos para cada um como, para as IES, na "Formação e Capacitação de Recursos Humanos de Alto Nível", a organização de programa regional de pesquisa e pós-graduação e a realização de estudos nacionais sobre a capacidade instalada de pesquisa e pós-graduação. Expectativas quanto à "Informação", sob diversos aspectos, figuram em quase todos os programas e sub-programas, como se verá adiante em "E. Informação e Integração Educacional".

C.2.3 - Os Protocolos, posteriormente aprovados pelo Conselho do Mercado Comum, órgão máximo do Mercosul, e submetidos à apreciação dos respectivos Congressos Nacionais, foram dedicados ao reconhecimento de certificados, títulos e estudos de nível primário e médio não-técnico, de nível médio técnico; ao prosseguimento de estudos e de formação de recursos humanos em nível de pós-graduação; à admissão de títulos e graus universitários para o exercício de atividades acadêmicas nas IES. Todos eles salientam em seus "considerandos", entre outros aspectos, a necessidade de promoção do desenvolvimento científico, tecnológico e cultural da sub-região e da implementação, com esse objetivo, da cooperação e intercâmbio entre as Instituições de Ensino Superior (IES).

C.2.4 - O documento "Mercosul 2.000. Desafios e Metas para o Setor Educacional", aprovado na X Reunião de Ministros da Educação (20 de junho de 1996), assinalou que "o novo ordenamento internacional, as inovações tecnológicas radicais e a reestruturação dos sistemas produtivos, estão associados à transformação e reelaboração de paradigmas culturais que

afetam de modo direto, o sistema educacional, multiplicando as demandas que lhe são dirigidas".

C.2.5 - *O cenário levado em consideração para a definição do II Plano Trienal (1.998-2.000), aprovado em 19 de junho de 1998, inclui para "futuro próximo, na região", entre outras, a intensificação da "mobilidade da força laboral, traspassando fronteiras", que exigirá da Educação "a formação da consciência de integração e a aquisição de novos hábitos, atitudes e competências laborais."*

C.2.6 - *Mais genérico, o II Plano Trienal define duas áreas prioritárias: I) o desenvolvimento da identidade regional, por meio do estímulo ao conhecimento mútuo e a uma cultura de integração; II) a promoção de políticas regionais de capacitação de recursos humanos e melhoria da qualidade da educação. Elas são desdobradas em: a) cinco Estratégias de Ação, entre elas o "fomento da cooperação horizontal entre os países e instituições da região e com outros blocos regionais"; b) "Linhas Programáticas" para cada área como "fomento à cooperação intra-regional, com vistas a favorecer a transferência de conhecimentos e tecnologias e o intercâmbio de estudantes, docentes e pesquisadores, no quadro dos protocolos existentes".*

D. UNIVERSIDADES E MERCOSUL

D.1 - *A Universidade está entre as instituições teoricamente mais significativas para a construção do novo espaço regional, pela coincidência entre a natureza e a diversidade temática de seu compromisso pedagógico (ensino, pesquisa, extensão e prestação de serviço) e a complexidade do programa de transição para a integração em seus vários aspectos. Afinada com a vocação natural das IES está a contribuição para chegar-se à coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais; harmonização de legislações (inclusive a dos sistemas educacionais dos países membros); estabelecimento das bases para a livre circulação de fatores produtivos, como capital e trabalho; cooperação científica e tecnológica; criação de órgãos supranacionais como o Tribunal de Justiça; reflexão crítica sobre o desenvolvimento do processo e seu monitoramento, etc.*

D.2 – Ampliando-se o princípio geral para a produção deste documento, considera-se que a gradual formação de um Mercado Comum -e não apenas de uma Área de Livre Comércio- não se viabilizará apenas pela integração comercial/econômica. A própria dinâmica e abrangência direta e/ou indireta do processo é indutora da ativação de várias outras integrações, pelo papel singular que devem cumprir fatores de ordem social, política, educacional, cultural, comunicacional, geográfica, histórica, idiomática, etc.

D.3 – Por outro lado, a universidade -compromissada com missão vanguardista, prospectiva- está, em particular no caso brasileiro, diante de tarefa superior a uma dedicação limitada ao atual Mercosul, se tomado em consideração o mandato do parágrafo único do artigo 4o. da Constituição de 1988: "A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações".

D.4 - Aspecto que deveria merecer uma atenção especial das várias instituições envolvidas na construção do Mercosul, de forma particular as IES: paralelamente estão sendo constituídas, por iniciativa própria de categorias profissionais com formação superior, comissões sub-regionais de integração compostas por representantes de seus principais órgãos nacionais nos países membros. Em geral, elas incluem entre os seus objetivos básicos o exame, discussão e elaboração de proposições relacionadas com a harmonização do exercício profissional e dos currículos. "Mercosul nas Universidades" já identificou e mantém intercâmbio informativo com órgãos dessa natureza envolvendo 16 diferentes categorias profissionais: Administração, Agrimensura, Agronomia, Arquitetura, Biblioteconomia, Biologia, Contabilidade, Economia, Enfermagem, Engenharia, Fonoaudiologia, Serviço Social, Medicina, Nutrição, Psicologia e Radiologia.

E. INFORMAÇÃO E INTEGRAÇÃO EDUCACIONAL

E.1 – Expectativas

E.1.1 - O "resumo documental", apresentado em seguida, do tratamento pretendido pelo aparato intergovernamental em

relação à informação na integração educacional se faz com certa amplitude e detalhamento para caracterizar a importância a ela atribuída desde o início do processo e facilitar uma avaliação dos desdobramentos.

E.1.2 - *O I Plano Trienal (junho de 1992) registrou a existência de um "quadro de pronunciado isolamento entre os sistemas educacionais dos quatro países membros, devido aos processos de desenvolvimento divergentes no campo econômico e social; à ausência de políticas conjuntas e à falta de conhecimento e comunicação das experiências significativas".*

E.1.3 - *No Programa I -"Formação da Consciência Social favorável ao Processo de Integração"- um sub-programa era dedicado à "Informação e Reflexão sobre o Impacto do Processo de Integração do Mercosul". O objetivo era "promover o conhecimento do impacto da integração e difundir esta informação nos diferentes níveis do sistema educacional". Desdobrava-se em cinco "Linhas de Trabalho" (seminários, conferências, painéis, produção de materiais específicos, programas de difusão e de intercâmbio de docentes, técnicos, administradores e alunos, proposição de políticas e estratégias para o conhecimento mútuo e a valorização da identidade cultural comum) e em dez "Atividades" específicas.*

E.1.4 - *No Programa II -"Capacitação de Recursos Humanos para contribuir ao Desenvolvimento"- incluía-se, entre as atividades do sub-programa "Formação e Capacitação de Recursos Humanos de Alto Nível", a "promoção de comunicação entre instituições através de rede de informações"; o sub-programa "Pesquisa e Pós-Graduação" relacionava, entre as "Linhas de Trabalho", a difusão dos "resultados de pesquisas para as comunidades científicas da região, setores produtivos e governos" e, entre as "Atividades", o desenvolvimento de "programa regional de difusão dos resultados das pesquisas".*

E.2 - Um modelo intergovernamental

E.2.1 - *No Programa III -"Compatibilização e Harmonização dos Sistemas Educacionais"- estabeleceu-se a meta de criação de "um sistema de informação em rede que possibilite conhecer os*

dados educacionais relevantes dos países signatários do Tratado de Assunção, assim como facilitar o acesso ao conhecimento disponível sobre o mercado de trabalho e setores de atividade". Entre as suas "Linhas de Trabalho" a criação de "uma base de dados educacionais relevantes e uma rede de comunicação".

E.2.2 - A implementação do sistema regional de informações educacionais foi aprovada pelos Ministros da Educação em novembro de 1992, "a partir das infra-estruturas e redes já existentes na região". O sistema abrangeria "uma base de dados educacionais, com vistas a fortalecer o intercâmbio nas áreas educativo-cultural e científico-tecnológica" (inciso 4 da "Ata da III Reunião de Ministros da Educação dos Países Signatários do Tratado do Mercado Comum do Sul - Mercosul").

E.2.3 - O documento "Mercosul 2.000. Desafios e Metas do Setor Educacional", de junho de 1996, reiterou "a importância crescente dos serviços de informação, estatística e documentação", incluindo "Sistemas de Informação" como uma das cinco áreas substantivas fixadas com a finalidade de orientar a elaboração dos projetos.

E.2.4 - Os Termos de Referência para a definição do II Plano Trienal do Setor Educacional do Mercosul (1998-2000), limitam-se a destacar, entre os "avanços importantes", "a constituição do Sistema de Informação e Comunicação do Setor Educacional do Mercosul". A Área Prioritária I do Plano está dedicada ao "desenvolvimento da identidade regional por meio do estímulo ao conhecimento mútuo e a uma cultura de integração".

E.2.5 – O projeto de Sistema tem como destinatários previstos, no formato que orienta as primeiras iniciativas para a sua implantação gradual, "órgãos governamentais, comunidade acadêmica e público em geral", abrangendo todos os países membros. Entre os "Resultados Específicos" objetivados estão: desenvolver um sistema informatizado capaz de permitir a comunicação eletrônica desses sistemas de informação; constituir conjunto de informações básicas e estratégicas dos países membros; definir a forma de apresentação da informação;

desenvolver as bases para a futura organização de um Banco Eletrônico de Notícias do Mercosul Educacional.

E.2.6 - *Ao definir o "tipo de informação a ser veiculada", o projeto aponta dois itens:*

a) Sobre o sistema educacional de cada país: *informação estatística básica e indicadores estatísticos; informação bibliográfica; legislação educacional dos países membros; estrutura formal dos sistemas de ensino; organograma dos órgãos oficiais vinculados à educação; projetos inovadores na área educacional; projetos e teses acadêmicas; diretório de especialistas em educação; calendário de atividades de relevância no âmbito educativo; diretório de centros de informações existentes no país.*

b) Sobre as políticas educacionais comuns: *Plano Trienal de Educação (programas e sub-programas); ações nacionais e regionais, por programa do Plano Trienal; documentação oficial assinada pelos Ministros dos países do Mercosul (protocolos, atas das reuniões de Ministros, calendário de atividades do Comitê Coordenador Regional); informação sobre estudos comparativos dos países membros; informação sobre estudos comparativos entre Mercosul e outras comunidades de países.*

E.2.7 - *A Comissão Técnica Regional do Sistema de Informação e Comunicação do Setor Educacional do Brasil (CTR-SIC Brasil) e a Reunião Especializada em Ciência e Tecnologia do Brasil (RECyT Brasil) têm realizado reuniões de interação, com a integração das agendas de trabalho de ambas as equipes, para a definição de projeto de curto prazo. Segundo o MEC, o Sistema de Informação e Comunicação estará aberto, ao viabilizar-se, à complementaridade com outros sistemas já existentes, como "Mercosul nas Universidades" (ver G.1.2).*

F. REALIDADES E PROBLEMAS

F.1 - *Diante desse cenário, poder-se-ia ter a impressão e/ou a expectativa de que a integração educacional e o seu apoio informativo evoluem em ritmo similar ao da integração comercial já em curso (Área de Livre Comércio e União Aduaneira), contribuindo para a pavimentação do caminho rumo*

ao Mercado Comum. Exemplo: o protocolo que admite títulos e graus de graduação e pós-graduação para o exercício de atividades acadêmicas na sub-região poderia ser interpretado, na prática, como o primeiro ato formal de abertura da livre circulação de trabalho na sub-região, prevista para a etapa final de formação do mercado comum, ainda em pausada fase preliminar de articulação.

F.2 - No entanto, uma comparação do cenário integracionista intergovernamental e até mesmo de setores profissionais oriundos das IES (D.4) com o acadêmico não parece favorecer o desempenho pelo menos das universidades no referente à contribuição para o processo em geral, para o setor educacional especificamente ou para a geração e difusão de informações sobre as suas eventuais atividades.

F.3 - Para melhor entendimento, far-se-á, em seguida, uma reprodução resumida de alguns dos principais problemas detectados para o cumprimento dos objetivos expostos em C,D,E. Tentar-se-á a montagem de uma ordem seqüencial na apresentação que conduza à formulação de algumas propostas em torno do "modelo articulador". O resumo baseia-se no Diagnóstico anexo, no documento de Síntese do "Levantamento da Cooperação em Ciência e Tecnologia no Âmbito do Mercosul. O caso do Brasil" e no Informe do I Seminário "As Atividades das Universidades sobre o Mercosul. Presente e Futuro". As principais tendências positivas de modificações no cenário em seguida apresentado serão mencionadas e eventualmente aplicadas em "G.4 - Evolução do Sistema".

F.4 - Sob uma perspectiva geral, observa-se a falta de uma efetiva e generalizada participação institucional das IES no processo de integração e cooperação sob a condução dos Ministros da Educação, seja na formulação de políticas, programas ou projetos, seja em relação às medidas previstas nos Planos Trienais ou nos Protocolos já aprovados. As IES "mantêm posição passiva, aguardando que organismos governamentais promovam ações de fomento tomadas pelas Reuniões de Ministros de Educação" (Cardoso, p. 18), ao que se adicionam problemas na "recepção e distribuição das decisões ministeriais" (Seminário, p. 2)

F.5 - Predominam iniciativas pontuais de algumas instituições ou de natureza individual "decorrentes de contatos prévios e interpessoais dos professores..." que "tendem a considerá-los patrimônio individual" e que "...escapam ao controle institucional" (Cardoso, p. 15/16; Velho, p. 5); certo grau de insensibilidade institucional para a questão da integração evidenciada pelas dificuldades para a efetivação de contatos para a realização do Diagnóstico (Cardoso, p. 7); inexistência de órgãos nas IES para articular e sistematizar internamente programas e ações em relação à integração (Seminário, p. 2; Cardoso, p. 15); uma quase generalizada fragilidade de interesse e conhecimento do tema no corpo docente e discente ou de sua penetração institucional (Cardoso, p. 15/16; Seminário, p.2); sua importância relativa na agenda de cooperação entre universidades (Velho, p. 5); limitações para o trabalho conjunto intersetorial devido à cultura isolacionista dos pesquisadores (Cardoso, p. 16); dependência de estudantes de graduação "de iniciativas de professores ou deles próprios" para terem acesso ao conhecimento sobre o processo de integração devido ao "pequeno número de políticas ou programas com essa finalidade" (Seminário, p. 2); concentração no Sul/Sudeste na distribuição geográfica das IES que vêm desenvolvendo ações no campo da integração (Seminário, p. 2); rivalidades entre instituições incentivadas pelas políticas de alocação de recursos de órgãos governamentais (Cardoso, pág. 17).

F.6 - Em relação ao Tema Específico deste documento, os relatórios estaduais da Fase I do projeto "Levantamento da Cooperação Científica e Tecnológica no Âmbito do Mercosul" foram "unânicos em apontar a dificuldade em obter informações confiáveis e abrangentes sobre a cooperação realizada pelas universidades", conforme se registra no TR (5.1). Esse documento destaca a associação em geral dessas dificuldades à "pouca organização dessas instituições para produzir e difundir informações como um trabalho institucional".

F.7 - Entre os problemas detectados salientam-se: falta de conhecimento das atividades de uma área pelas outras internamente (Cardoso, p. 9), com "preocupante carência de intercâmbio nas próprias IES que resulta "no escasso conhecimento de sua produção, programas, projetos e outras atividades" (Seminário, p. 2); entraves à agilidade do fluxo

interno de informações via recepção/expedição de correspondência (Cardoso, p. 11); pouco conhecimento das instituições internamente, mesmo por seus administradores, dificultando "a apreensão completa (abrangente e confiável)" das iniciativas e atividades que desenvolvem (Cardoso, p. 8); carência de veículos de informação sobre as atividades integracionistas em cada IES (Seminário, p. 2); ; caráter prioritariamente individual da cooperação e falta de estrutura nas instituições para manter um registro confiável das atividades" (Velho, p.10); o processo de captação interna "esbarra nas idiosincrasias da cultura profissional de seus membros: o medo da vulgarização das pesquisas científicas, a alta competição do ambiente universitário..." (Cardoso, p. 9); a tradicional desconfiança mútua no diálogo pesquisador/jornalista (Cardoso, p. 9); a postura "simplesmente receptiva sem que exista um fluxo permanente e espontâneo de informações" na maior parte das assessorias de comunicação das IES (Cardoso, p. 10); uso dos meios eletrônicos "bem mais" para divulgação do que para captação de informações (Cardoso, p. 10); prática de "clipping" diário amplamente disseminada tendendo a não ser "indutora de ações, senão de forma genérica e de baixa sensibilização" (Cardoso, p. 11).

F.8 - *Percebe-se que as deficiências do setor comunicacional das Universidades não se limitam, no entanto, ao Mercosul, pois se generalizam em relação ao universo de atividades das IES, como se observou durante o I Simpósio "A Comunicação Integrada na Universidade - Políticas, Processos e Meios" (USP, 30 de setembro a 02 de outubro de 1998), quando foram apresentadas propostas de solução (ver G.4.8). Na realidade – ver-se-á mais adiante- o problema informativo generaliza-se por todo o processo integracionista sub-regional.*

G.MODELO ARTICULADOR

G.1 - Considerações Preliminares

G.1.1 – *O único modelo, já em fase de implementação, de um Sistema de Intercâmbio Informativo entre as universidades brasileiras sobre as suas atividades em geral em relação ao Mercosul, detectado durante a realização do Diagnóstico anexo, foi o derivado do anteprojeto aprovado durante o seminário "As*

Atividades das Universidades sobre o Mercosul. Presente e Futuro". O referido Sistema cumpria "fase experimental" ao assinar-se o Termo de Referência deste trabalho.

G.1.2 - O projeto de Sistema de Informação em Educação no Mercosul em elaboração no âmbito dos Ministérios da Educação tem objetivos amplos de coleta e difusão de dados, conforme se pode observar no resumo de suas características (E.2). Optaria, segundo informações obtidas junto ao Ministério da Educação, em Brasília, por uma complementaridade e não superposição com outros projetos já em execução, como "Mercosul nas Universidades". Estaria aberto à "linkagem" desses sistemas a seu próprio sistema, ao se dar a sua viabilização que depende, no entanto, da obtenção de financiamento, em vista das proporções das metas propostas.

G.1.3 - "**Mercosul nas Universidades**" pretende ser um indicador ágil de fatos e processos em curso, paralelo ou prévio à sua ocorrência, com a veiculação resumida dos dados essenciais de cada um. Nessa linha, o seu padrão informativo corresponde ao definido no Termo de Referência deste trabalho (8.4), isto é, à fórmula jornalística clássica: o que, onde, quem, porque e como. A pauta temática procura a abrangência de todo o universo de atividades previsíveis: concursos, congressos, cooperação, cursos, integração educacional (inclusive atividades/decisões intergovernamentais), integração profissional (atividades/decisões das comissões de integração das categorias profissionais formadas em IES), pesquisas, publicações, reuniões, seminários, simpósios, teses, etc.

G.1.4 – Nesse cenário, tomou-se a experiência em curso com a produção de "Mercosul nas Universidades" como a base referencial do "modelo articulador", como já estava implícito no TR (3.1, letra "b"). Os problemas e perspectivas observados no período inicial de implementação, cujo tratamento será fundamental para a sua evolução e consolidação, são adicionados à descrição de características e estrutura (G.3), que se segue à apresentação de sua origem.

G.2 - Origem

G.2.1 - O projeto de Sistema de Intercâmbio Informativo aprovado no I Seminário "As Atividades das Universidades sobre o Mercosul. Presente e Futuro" foi elaborado a partir da experiência acumulada pelo Promer/PUC.Minas durante os trabalhos (conferências, seminários, publicações, cursos em tópicos especiais, etc.) para a sensibilização da comunidade acadêmica em relação à integração sub-regional. Entre elas incluiu-se a edição de uma carta informativa impressa denominada "Mercosul".

G.2.2 - Detectara-se que a aplicação daquele programa de trabalho levava alguns setores mais sensíveis da comunidade acadêmica à percepção de que a implementação de intercâmbio e cooperação com propósitos integracionistas depende em medida significativa da disponibilidade de informações sobre as atividades das instituições congêneres no Brasil e nos demais países membros.

G.2.3 - A edição pelo Promer da carta "Mercosul", com esse objetivo, revelou-se, no entanto, insuficiente devido a problemas como: (a) as limitações do relacionamento do Promer e da própria PUC.Minas com outras universidades em relação ao tema, refletindo uma situação generalizada nas IES; (b) o escasso conhecimento da estrutura e capacidade de geração e difusão de informações da área universitária; (c) a percepção de uma precária relação entre o dinamismo do aparato intergovernamental "mercosulino" na formulação de políticas e decisões para a integração educacional e a débil reatividade das IES em relação a elas.

G.2.4 - Esse panorama levou o Promer/PUC.Minas a organizar o I Seminário "As Atividades das Universidades sobre o Mercosul. Presente e Futuro", durante o qual, como se assinalou, foi aprovado pelos órgãos participantes, que em 20 universidades brasileiras dedicam-se plena ou parcialmente ao tema, o projeto de criação de um Sistema de Intercâmbio Informativo. Fundamentava-se o projeto na "importância do acompanhamento conjunto dos trabalhos em desenvolvimento nas várias IES, dos resultados já alcançados, do conhecimento produzido, dos programas de ensino e pesquisa em curso, dos projetos em elaboração, etc." A sua viabilização seria de singular utilidade para, entre outros aspectos: (a) a caracterização de

objetivos, interesses e problemas comuns; (b) a detecção de possibilidades de estabelecimento de parcerias para melhores resultados qualitativos e a otimização da aplicação de recursos econômicos disponíveis para projetos similares; (d) a ampliação da possibilidade de participação em eventos programados por cada uma; (e) a utilização das experiências em curso por outras instituições que pretendessem iniciar atividades similares, etc.; (f) a articulação de ações conjuntas em relação a problemas comuns, etc. (Anteprojeto, p. 2).

G.2.5 - *Outro objetivo era "a concretização de uma efetiva incorporação das IES ao processo de integração educacional conduzido pelos Ministros da Educação dos países membros do Mercosul. A experiência da PUC.Minas e os seus contatos com outras instituições sugeriam atraso nessa incorporação e uma difusão insuficiente do teor das medidas adotadas e de sua justificativa, além da necessidade de orientação sobre como operacionalizá-las a partir de sua entrada em vigência (Anteprojeto, p. 3).*

G.2.6 - *Esses aspectos convergiam para a busca de solução de um problema comum: a "carência de um sistema de intercâmbio informativo abrangente (todo o sistema), ágil e continuado", que possibilitasse "o conhecimento, assimilação e aproveitamento de experiências e o estabelecimento de formas variadas de cooperação" (Anteprojeto, p. 3).*

G.3 - Características e Estrutura

G.3.1 - *"Mercosul nas Universidades" foi concebido para, além de sua oferta informativa, estimular a **interatividade entre as IES e a comunidade acadêmica** não apenas para a solicitação de ampliação de dados, detalhes, mas também como um meio para a aproximação paulatina entre elas e o estímulo ao intercâmbio e à cooperação, através da indicação de oportunidades. Cada informação traz o endereço da fonte, preferencialmente o eletrônico, em geral disponível. Busca-se também a interatividade entre os usuários e o próprio Núcleo Editorial coordenador, através do estímulo permanente à avaliação crítica da produção editorial do informativo eletrônico, como a pauta temática e o padrão e conteúdo dos textos, a partir de sua concepção original.*

G.3.2 - Pretende funcionar também como indutor do interesse pela integração sub-regional e pela integração institucional (inter e intra-universitária), através de evidências informativas do dinamismo do processo. Essa tendência à indução parece confirmada pela sensibilização positiva de membros de diferentes comunidades acadêmicas quando abordados sobre o tema Mercosul/Universidades, durante a organização do seminário "As Atividades das Universidades sobre o Mercosul. Presente e Futuro" e no trabalho de produção do Diagnóstico anexo, que alguns dos entrevistados consideraram "pedagógico" (Cardoso, p. 18)

G.3.3 - A estrutura do Sistema de Intercâmbio Informativo é simples, operando através da Internet. Na "fase piloto" vem funcionando sem orçamento próprio, amparado na estrutura (recursos humanos e equipamentos) do Promer e do Instituto de Informática da PUC.Minas. Baseia-se em modelo similar ao de uma microagência de notícias, sob a coordenação de um Núcleo Editorial que recebe as informações, edita-as, solicita mais detalhes e/ou esclarecimentos, quando necessários, classificando-as finalmente por seções temáticas (ver G.1.3).

G.3.4 - O atual Núcleo Editorial tem uma estrutura modesta: é composto por um coordenador responsável pela condução geral do Sistema, incluindo a articulação de seus membros; um Editor Responsável; por enquanto apenas um auxiliar formado em Comunicação Social; dois estagiários, estudantes das áreas de Relações Internacionais e Comunicação Social.

G.3.5 - O Sistema já conta com a participação plena ou parcial de cerca de 30 (trinta) universidades de diferentes regiões do país, contabilizando uma média de cerca de 70 (setenta) informações por edição. O relacionamento do Núcleo com essas instituições, através da Internet, se faz nas duas vias: solicitação e recepção das informações de cada uma, complementada por fax quando necessário, e distribuição do boletim após a sua edição.

G.3.6 - A captação de informações se faz em geral através dos responsáveis pelos órgãos especializados em Mercosul e/ou integração latino-americana nas IES. Inclui também o

rastreamento permanente das "home-pages" de IES, em função das vantagens de uma concentração temática (Universidades-Mercosul) como: (a) reduzir ou eliminar a necessidade de aplicação individualizada à busca de informações sobre o tema no amplo universo da Internet; (b) oferecer uma visão global unificada do desenvolvimento do processo.

G.3.7 - *A partir do segundo número experimental -ao qual foram acrescentados posteriormente três números regulares com periodicidade mensal- iniciou-se a aplicação gradual de pautas para assegurar a continuidade de informações sobre eventos, projetos, pesquisas, etc., incluídos em edições anteriores ou conhecidos posteriormente.*

G.3.8 - *Como se indica no anteprojeto de origem, pretende-se que o informativo eletrônico sirva proximamente como instrumento para o estabelecimento de um "intercâmbio fluente" entre as universidades em "nível nacional e sub-regional", a partir de sua extensão paulatina a todo o sistema universitário brasileiro e dos outros países membros do Mercosul ou a ele associados em áreas específicas de livre comércio (acordos 4+1), como a Bolívia e o Chile.*

G.4 - Evolução do Sistema

G.4.1 - *Para "Mercosul nas Universidades" prevê-se uma evolução gradual no conteúdo editorial, na incorporação de novos membros e na expansão geográfica. A gradualidade originou-se da conveniência de uma fase preliminar (em curso) para tentar-se a identificação de problemas a superar para o aperfeiçoamento e ampliação do projeto, entre eles a disponibilidade de recursos orçamentários, relativizada por certas vantagens propiciadas pelas novas tecnologias e pela expectativa de cooperação das estruturas funcionais de apoio informativo já existentes nas diferentes IES, como se menciona adiante.*

G.4.2 - *Entre os primeiros problemas detectados já no seminário de novembro de 1997, figura a percepção de que a maioria dos órgãos que nas universidades desenvolvem programas específicos sobre integração, em geral não se dedicam a acompanhar e/ou orientar atividades sobre o tema realizadas por*

outros setores dessas instituições, limitando-se a prestar colaboração quando solicitados.

G.4.3 - *Entre os órgãos que vêm mantendo uma relação regular com o Núcleo, verifica-se, principalmente nos das maiores IES, essa dificuldade. A atual dependência predominante da relação interpessoal com cada participante daquele seminário, em geral o próprio responsável pelo órgão, para a obtenção de informações das respectivas atividades, em alguns casos tem evidenciado certa fragilidade operacional, principalmente nas grandes IES.*

G.4.4 - *Na avaliação preliminar do Núcleo Editorial, o problema deriva em grande medida da absorção de cada um pelas tarefas básicas de seu compromisso com a instituição. A natureza peculiar desse compromisso (magistério, pesquisa, produção intelectual de variada natureza, eventualmente prestação de serviço ou deveres administrativos no exercício de chefia) exige dedicação prioritária. Alguns órgãos já tomaram iniciativas espontâneas e eficazes para a superação da dificuldade, como a indicação de outro membro do setor (professor ou estagiário em grau avançado de estudos), com maior disponibilidade de tempo, para fazer o enlace com o Núcleo.*

G.4.5 - *Carecia-se, também, de um conhecimento mais profundo das características e variáveis dos sistemas comunicacionais das universidades, de suas possibilidades de funcionarem como catalisadores das referidas informações. Certa precariedade foi registrada posteriormente no Diagnóstico e outros documentos. Contudo eles indicaram também tendências positivas em relação ao papel das Assessorias de Comunicação Social. Um exemplo bem sucedido é o desse órgão na Unicamp, que passou a cobrir diretamente as atividades dos vários setores da instituição (Cardoso, p. 10), como parece virá a ser também a opção das políticas de comunicação em elaboração em outras IES, como a UFMG e a PUC.Minas.*

G.4.6 - *A implementação de linha de trabalho dedicada ao estímulo e acompanhamento de atividades das IES em relação ao Mercosul e consequente coleta/difusão de informações sobre elas, começa a ser tentada. Além da iniciativa já conhecida do*

Promer, captou-se a da Unicamp, cuja Coordenadoria de Relações Internacionais, como informa o Diagnóstico (Cardoso, p. 14), foi dividida por regiões geográficas. A responsável pela área do Mercosul informou recentemente estar em curso um levantamento geral das atividades em torno da integração sub-regional naquela Universidade, que será permanentemente atualizado.

G.4.7 - *A relação do Sistema de Intercâmbio Informativo com os núcleos, centros, mestrados especializados em integração deverá ser mantida e aprofundada, em função da natureza do trabalho que desenvolvem. Entretanto, a cobertura ampliada às atividades em geral da instituição sobre o Mercosul deveria apoiar-se nas Assessorias de Comunicação Social no novo formato que se prenuncia; em outras alternativas, como núcleos abrangentes no trato do tema integração; ou em uma combinação de ambos.*

G.4.8 - *Para tentar-se chegar a esse objetivo seria conveniente criar condições para o conhecimento e acompanhamento do desenvolvimento da estrutura e objetivos desses órgãos, tomando em consideração as variações de formato e funções em relação à dimensão da instituição. Vale ressaltar as perspectivas que poderia abrir o desdobramento em 1.999 do já mencionado Simpósio "A comunicação Integrada na Universidades - Políticas, Processos e Meios", promovido recentemente pela USP. Nessa oportunidade, ressaltou-se a importância da implementação de Políticas Integradas de Comunicação Social nas IES "que permita maior interação entre a academia e a sociedade" (Jornal da USP, 13.10.98, n. 499). Foi significativa também a decisão do II Seminário "As Atividades das Universidades sobre o Mercosul. Presente e Futuro", realizado na PUC.São Paulo, em 16 e 17 de novembro, quando este documento já estava elaborado, de institucionalizar-se como "Forum Universidades-Mercosul", para uma articulação permanente entre os seus membros.*

G.4.9 - *Está programado o início de uma campanha de ampliação do "mailing list" eletrônico de usuários para abarcar o universo acadêmico (institucional e pessoal) do país. Os seus objetivos são principalmente: (a) promover a penetração do informativo eletrônico; (b) alertar os usuários para a entrada em*

circulação de cada um dos novos números, a fim de que possam acessá-lo; (c) ampliar contribuições informativas e críticas; (d) buscar o apoio acadêmico à promoção do informativo.

G.4.10 - *Simultaneamente detectaram-se outros aspectos positivos como: I) apesar das limitações indicadas pela consultora, deu-se a realização do Diagnóstico anexo, um valioso avanço em relação às já significativas anotações dos relatórios estaduais sintetizadas no informe final do "Levantamento de Cooperação em Ciência e Tecnologia no Âmbito do Mercosul. O Caso do Brasil" e no informe final do seminário "As Atividades das Universidades sobre o Mercosul. Presente e Futuro"; II) a adesão espontânea ao "mailing list" de instituições e acadêmicos ao tomarem conhecimento da existência do Sistema; III) a constatação da realização de um certo volume apreciável de atividades integracionistas, se consideradas as circunstâncias anteriormente indicadas-, ainda que freqüentemente fragmentadas e descontínuas em seus objetivos e implementação.*

G.4.11 – *Na evolução do Sistema de Intercâmbio Informativo dever-se-á tomar em consideração também que o número de países membros deverá aumentar na medida em que o Mercosul alcance o objetivo de projetar-se a toda a América do Sul e avance na aproximação e cooperação com outros blocos. Prenúncio nesse sentido é o Acordo Quadro assinado em novembro de 1.995 com a Comunidade Européia (hoje União Européia), que inclui previsões como a cooperação em: ciência e tecnologia (art. 15); formação e educação (art. 20); comunicação, informação e cultura (art. 21) (Acordo, p. 388/392).*

H. A INTEGRAÇÃO COMO PROCESSO

H.1 - Considerações Preliminares

H.1.1 - *Uma avaliação do conjunto de constatações resultantes dos documentos relacionados em F.3 e da experiência acumulada com a produção da carta "Mercosul" e do informativo eletrônico "Mercosul nas Universidades" sugere, no entanto, a conveniência da tomada em consideração de uma certa relação entre o desenvolvimento do Sistema de Intercâmbio Informativo*

e do próprio processo integral de formação do Mercosul. O referido conjunto de constatações indica que não se deveria limitar ao exame dos aspectos técnicos para a consolidação do Sistema de Intercâmbio Informativo e de seu núcleo articulador. Problemas cruciais, relativamente indicados anteriormente, parecem fluir de condicionamentos prévios como o distanciamento ou uma certa "marginalização" da Universidade em relação ao processo de integração sub-regional.

H.1.2 - Em avaliação da dimensão política do Mercosul, publicada em novembro de 1995, Mônica Hirst, da Flacso/Argentina, valorizava o apoio técnico e acadêmico com que os "mercocratas" (burocratas do Mercosul) passaram a contar "nos últimos tempos" (Hirst, p. 6). No entanto, não incluía a Universidade entre os principais atores da integração sub-regional nos dois níveis de importância em que os dividia, de acordo com "una diferenciación en el grado de participación determinada por condicionantes económicos y políticos y por el formato institucional del propio proceso asociativo" (Hirst, p. 4). Dois anos depois (1997), os especialistas Jorge Grandi, diretor do Centro de Formación para la Integración Regional, e Lincoln Bizzozero, coordenador do Programa de Política Internacional e Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade da República Oriental do Uruguai, definiam três círculos de influência no processo integracionista, situando a Universidade no último deles (Grandi/Bizzozero, p. 117)

H.1.3 - Na realidade, no decurso da realização deste trabalho e do Diagnóstico, não foi possível detectar nenhuma forma de participação institucional generalizada, corporativa, da Universidade –através, por exemplo, de suas entidades representativas- nem mesmo como instância consultiva nas duas vertentes integracionistas em consideração: a geral, derivada dos dispositivos do Tratado de Assunção e do Protocolo de Ouro Preto; a educacional, desenvolvida pelos Ministros da Educação. Em relação à geral, por exemplo, o setor político tem certa participação consultiva, através da Comissão Parlamentar Conjunta, e trabalhadores e empresários através do Foro Consultivo Econômico e Social.

H.1.4 - Como uma das conseqüências do I Seminário "As Atividades das Universidades sobre o Mercosul. Presente e

Futuro", está em trâmite, junto às instâncias decisórias do Mercosul, uma reivindicação, através da SBPC, de participação da comunidade acadêmica no Foro Consultivo Econômico e Social. No entanto, na realidade, a dimensão ampla e complexa da construção de um Mercado Comum deveria mobilizar também a participação ativa, referencial, crítica, autônoma da Universidade por sua própria iniciativa. Como já se assinalou ("D"), a sua contribuição pode ser essencial, por sua capacitação e objetivos, para o processamento de questões complexas, relacionadas com a integração sub-regional, que demandam multidisciplinaridade e interdisciplinaridade.

H.1.5 – *Por outro lado, o estímulo ao engajamento da Universidade especificamente no processo de integração educacional deveria passar pela criação paralela de algo como um Foro Consultivo da Educação no Mercosul, que pelo menos viabilizasse um plenário para o exame de políticas, programas e decisões de integração educacional desenvolvidos em nível intergovernamental. Até agora, a diretriz do MEC parece ser deixar à livre iniciativa das IES a aplicação das decisões ministeriais a elas referentes, tomadas até o limite permitido pela autonomia universitária. No entanto, a participação das IES pode depender também da quebra gradual da precária relação governo-universidades e da solução da "crise existencial" que afeta a própria instituição acadêmica.*

H.1.6 - *Nesse quadro, dever-se-ia tomar em consideração, por suas implicações diretas e/ou indiretas sobre o tema deste trabalho, outro problema mais amplo que é o da incorporação da própria sociedade ao processo. O caráter predominantemente intergovernamental da atual fase da integração tem relegado a um plano secundário a participação institucional de áreas representativas como a parlamentar, empresarial (pequena e média) e sindical-trabalhista, reduzidas à participação em órgãos consultivos, como já se assinalou (H.2.2). Os dois estudos anteriormente citados (H.1.2) coincidem em identificar como atores principais do processo (primeiro nível ou primeira zona de influência) a burocracia estatal, as grandes empresas (nacionais e transnacionais) e os dirigentes máximos (presidentes e ministros).*

H.2 - Estratégia de Comunicação

H.2.1 - No limite de uma projeção prospectiva em torno do Tema Específico e em vista dos problemas e perspectivas citados ao longo deste trabalho, fica implícita a necessidade da formulação e implementação de uma Estratégia de Comunicação Social como instrumento mobilizador, em relação à integração, não apenas do setor educacional, mas também da sociedade, através de seus canais de representação e manifestação. O Intergovernamental Sistema de Informação em Educação do Mercosul (E.2) estará limitado à sua área especializada, não parecendo ter pretensões promocionais. "Mercosul nas Universidades", em seu formato atual, tem o objetivo essencial de detectar, acompanhar e difundir fatos e processos vinculados às atividades educacionais.

H.2.2 - O I Plano Trienal, como está registrado em "C" e "E", incluía como uma das três áreas prioritárias a "Formação da Consciência Social Favorável ao Processo de Integração", com programas e sub-programas referentes a linhas de trabalho e atividades (E.13). Uma pesquisa ou avaliação em torno de sua implementação, e até mesmo de todo o I Plano Trienal ao longo de seis anos de vigência -trabalho que teria singular relevância-provavelmente indicaria um cumprimento pelo menos insuficiente das referidas previsões e a conveniência de sua manutenção, com os aperfeiçoamentos indicados pela experiência.

H.2.3 - O II Plano, no entanto, limitou-se a proposições genéricas ("estímulo ao conhecimento mútuo"), sem referências mais amplas à comunicação. Como já foi mencionado, apenas nos Termos de Referência para a sua definição destaca-se entre os "avanços importantes" obtidos nos sete anos de existência do Setor Educacional do Mercosul (SEM) a "constituição do Sistema de Informação e Comunicação do Setor Educacional".

H.2.4 – No eventual exame de uma estratégia poder-se-ia tomar em consideração algumas funções básicas da Comunicação Social, permitindo-se o autor mencioná-las brevemente, tal como as tem sugerido em trabalhos similares de consultoria. Em processo que objetiva ação articulada de instituições (no caso, as universidades) ou nações (o Mercosul), uma das

contribuições fundamentais da Comunicação Social provém de sua função integradora, na medida em que o mútuo conhecimento, através do acesso sistemático e continuado à informação, deve funcionar como instrumento de aproximação e enlace. Mais especificamente, o fluxo de informações para fora e para dentro de um processo com as características daquele nucleado, no específico, na Universidade e, no geral, no Mercosul pode agilizar, ampliar e subsidiar a detecção de interesses, problemas, oportunidades e soluções comuns, estimulando o aprofundamento da percepção dos benefícios da ação conjunta.

H.2.5 - *Nessa linha, o fluxo deveria portanto contribuir para o mútuo, permanente e atualizado conhecimento por todo o setor de políticas, programas de ação, projetos, propostas, resultados, problemas, alternativas, etc., em matéria política, econômica, social e cultural, de cada um de seus membros e de membros de outras áreas geográficas, cujas ações ou experiências possam sugerir alternativas ou parcerias diante de similares situações e problemas conjunturais e/ou estruturais. A operacionalização do fluxo deveria criar as condições para o acompanhamento da evolução de todo o sistema em seus vários ângulos por parte de cada um de seus membros, com previsíveis benefícios para a sua maior homogeneização.*

H.2.6 - *Como desdobramento e aprofundamento da função integradora, a Comunicação Social deveria cumprir uma função pedagógica ativa (não passiva) de conscientização, quanto aos objetivos, conceito, conteúdo e abrangência da meta básica do sistema –a integração econômica, política, social e cultural- e quanto às instituições, mecanismos e ações para concretizá-la.*

H.2.7 - *Em um regime democrático ou que avança nesse sentido, a função pedagógica deveria ser transparentemente exercida nos diversos níveis da sociedade, contribuindo inclusive para o exercício crítico em relação ao processo que, na Europa, já inclui decisões plebiscitárias, como ocorreu para a adoção da moeda única. O exame de políticas de integração tem indicado que, como ocorre com o Mercosul, um dos fatores de dificuldades, e até mesmo de entorpecimento e/ou retrocesso no desenvolvimento do processo, é a limitação de sua formulação e decisão a alguns atores privilegiados, não se estendendo –*

ainda que gradualmente- à participação generalizada de formadores de opinião, tomadores de decisão e outras áreas organizadas da sociedade. Frequentemente, por desconhecimento das inspirações, origens e conteúdo dessas políticas e dos desdobramentos aspirados, ou por um conhecimento apenas superficial, aqueles segmentos não lhe dão a prioridade participativa necessária (crítica ou adesiva).

H.2.8 - *A função promocional da Comunicação Social seria um desdobramento da função pedagógica, não devendo, no entanto, ser com ela confundida em vista de seus objetivos específicos e, em conseqüência, de particularidades de conteúdo e de instrumentos para implementação. Elas se complementam na medida em que a ação pedagógica em torno da integração e de seus mecanismos de planejamento e implementação, sensibilize para a promoção interna e externa das capacidades, políticas, planos, programas de ação, projetos, pesquisas, etc., dos membros do Sistema, gerando oportunidades de parceria, cooperação e outras formas de intercâmbio.*

H.2.9 - *Como etapa mais avançada, o setor de Comunicação Social deveria exercer sobre o Sistema e seus principais atores, em especial, no caso, o setor universitário, uma função preventiva. Seu objetivo seria alertar/advertir -mediante a coleta e difusão ágil, no interior da instituição (intradepartamental) e de fora para dentro e vice-versa-, para fatos e processos que, nos âmbitos regional, nacional e internacional, possam interferir positiva ou negativamente na evolução do processo de integração. A efervescência e a complexidade da fase atual de transição socio-econômica mundial em seus vários aspectos e em todas as áreas geográficas caracterizam-se em grande medida pela produção sucessiva de novas situações. Seu acompanhamento deveria pressupor critérios seletivos quanto ao que realmente seja importante para o setor e seus membros.*

I. MODELO NO MERCOSUL

I.1 - Considerações Preliminares

I.1.1 - No Termo de Referência prevê-se (7.3) a apresentação de sugestões para a realização futura dos mesmos objetivos estabelecidos para este trabalho "em universidades dos países membros do Mercosul". Em linhas gerais, dever-se-ia buscar portanto em síntese, a realização de avaliação/diagnóstico sobre as condições para a geração e difusão continuada de informações sobre a cooperação e demais atividades das universidades em relação ao Mercosul e, como desdobramento, o desenvolvimento de projeto de Sistema de Intercâmbio informativo entre as IES da sub-região.

I.1.2 - Durante a produção dos dois documentos em torno do Tema Específico e dos estudos realizados durante a Fase I do projeto "Levantamento da Cooperação em Ciência e Tecnologia no Âmbito do Mercosul", pareceu caracterizar-se uma certa precariedade no intercâmbio e na cooperação entre as universidades da sub-região.

I.1.3 - Na Síntese Final do "Levantamento da Cooperação em Ciência e Tecnologia no Âmbito do Mercosul" assinalou-se que os resultados dos estudos "são unânimes" no sentido de que os países do bloco "ainda não têm posição de destaque na agenda de cooperação internacional das instituições contatadas, sejam elas órgãos de governo, universidades, institutos de pesquisa ou empresas (estatais ou privadas)". Ressalta-se que "a grande maioria das cooperações realiza-se prioritariamente com instituições congêneres dos países europeus e norte-americanos, assim como a maior parte dos programas de cooperação existentes, tanto em nível federal como estadual, também são mais abundantes com os países avançados". No estudo bibliométrico tampouco encontrou-se "qualquer evidência (no padrão de co-autoria da publicação científica oriunda dos países do Mercosul) de que o estabelecimento do Mercosul tenha provocado mudança nesse conhecido padrão" (Velho II, p. 11).

I.1.4 - No entanto, segundo a mesma Síntese Final, "existe uma expectativa por parte de várias universidades que fizeram parte do estudo de que o Mercosul consiga reverter a tendência atual de cooperação com os países avançados. Tais pesquisadores, particularmente os das universidades regionais, vêem o surgimento do Bloco como uma oportunidade de rompimento

dos laços de dependência com grandes centros, pois, vinculados a instituições pequenas e frágeis em vários aspectos, notaram que podem reunir esforços e compartilhar o que têm de melhor a fim de crescerem juntos." (Velho II, p. 15)

I.1.5 - Detectaram-se, inclusive, algumas experiências de agrupação de universidades beneficiadas pela proximidade geográfica, que facilitam contatos para cooperação e exame de problemas da área. Situam-se nessa perspectiva iniciativas como a criação da Associação de Universidades do Grupo de Montevideu, com 13 membros (IES públicas) até agora; o Grupo Interuniversitário ARCAM - Universidades en y para el Mercado Comun del Sur, com 34 membros dos países do bloco; a Associação das Universidades Jesuíticas da América Latina. A criação do Grupo de Montevideu foi "apontada em todos os estudos de países como uma das iniciativas importantes de aproximação dos setores universitários dos países..." (Velho II, p. 17). Entretanto, os resultados dessas iniciativas "têm sido lentos, apesar das facilidades para estabelecimento de convênios e parcerias, sem a repercussão esperada sobre a prática cotidiana" (Cardoso, p. 17).

I.2 - Intercâmbio Informativo

I.2.1 - Nesse cenário, coincidindo com a precariedade apontada na relação de cooperação, parece inexistir um adequado intercâmbio informativo entre as universidades da sub-região. "A dificuldade de obter informações sobre as cooperações, seja porque elas se dão prioritariamente de forma individual, seja porque as instituições não se estruturam para manter um registro confiável dessas atividades, seja pela ausência de um organismo que se incumba desta tarefa, foi apontada em vários relatórios" (Velho II, p. 17). Outras pesquisas revelam que as atividades dedicadas à integração educacional, incluindo as Reuniões de Ministros e suas decisões, passam quase despercebidas pelos meios de comunicação da sub-região em suas várias modalidades.

I.2.2 - No entanto, o problema não parece limitar-se às universidades, mas estender-se às atividades em geral do Mercosul. Avaliações amparadas em pesquisas têm indicado um fluxo informativo significativamente reduzido nas várias

modalidades de meios de comunicação -com certa exceção para os especializados em informação econômica. Um aprofundamento no exame do problema provavelmente evidenciaria fragmentação, descontinuidade e com freqüência omissão em relação a diversos aspectos do desenvolvimento da integração, excluídas situações excepcionais.

I.2.3 - Vale ressaltar, como contribuição para uma visão realista do problema,, que o fluxo informativo em torno das tentativas de integração latino-americanas -desde a criação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), através do Tratado de Montevideu (1960)- tem padecido de dificuldades similares. Tem-se inclusive evidenciado um acentuado grau de dependência em relação aos sistemas de informação dos países industrializados, como indicam vários estudos e pesquisas, realizados principalmente desde a década de 60.

I.2.4 - Esse cenário de dependência informativa nas relações internas e externas da região remonta ao início da fase mais avançada da internacionalização econômica, em meados do século XIX. Surgem então -apoiadas nas novas tecnologias da informação, como cabo submarino, telégrafo sem fio, etc.- as agências mundiais de notícias como instrumentos de apoio logístico às atividades de expansão dos interesses das grandes potências européias. Estudos recentes indicam que a dependência -que posteriormente passou a dar-se também em relação a empresas norte-americanas- tende a agravar-se como parte do modelo de globalização vigente, para cuja operacionalização os modernos sistemas eletrônicos de informação desempenham singular papel.

I.2.5 - Sem entrar no mérito do eventual aproveitamento político do controle da informação -apontado com freqüência por especialistas- dever-se-ia considerar mais a fundo o seu efeito sobre a chamada "ótica informativa" em relação a fatos e processos econômicos, políticos, sociais e culturais. Tanto na seleção de temas, como no seu tratamento informativo (ênfases em aspectos específicos; seleção de dados; busca de alternativas de desdobramentos, etc.), tem sido apontada nos sistemas mundiais de informação a tendência a tomarem como referência a perspectiva e interesse informativo da clientela

principal, localizada basicamente nos países desenvolvidos, onde estão as suas sedes.

I.2.6 - A cobertura da cooperação Sul-Sul, por exemplo, tem sido relegada a nível inferior, ganhando importância quando envolve situações como catástrofes, crises, etc.; a participação de empresas ou instituições de países desenvolvidos; e/ou oportunidades ou problemas para os seus interesses. Ganha importância maior a cobertura das relações Norte-Sul-Norte. Há uma forte similaridade entre essa situação de dependência informativa e a anotada em relação à cooperação científica e tecnológica nas sínteses finais dos levantamentos no Brasil e nos países membros em geral (Velho I, p.5; Velho II, p. 6)

I.2.7 – A dependência informativa situa-se, portanto, no quadro histórico geral de dependência dos países em desenvolvimento em relação aos países desenvolvidos. Já no final da década de 70, o Informe RIO ("Reshaping the International Order"), coordenado por Jan Tinbergen, Prêmio Nobel de Economia, salientava que "a ampliação da capacidade de informar deve ser vista como um componente essencial das tentativas de criar uma Nova Ordem Internacional e, como tal, as práticas monopolísticas e discriminatórias inerentes à atual disseminação da informação internacional devem ser consideradas como uma das piores, ainda que sutil, características do presente sistema" (Tinbergen/Hamelink, p. 1)

I.3 - Algumas sugestões

I.3.1 - A sugestão básica parece implícita no Termo de Referência deste trabalho, ao prever ou admitir a realização futura de "Objetivos/Atividades e Resultados Esperados" idênticos nas universidades da sub-região, como se anota em I.1.1. Os dados contidos em documentos utilizados na elaboração destas "Considerações" (Cardoso, Velho, Seminário, etc.) apontam para a existência do problema informativo na sub-região e para a conveniência de desenvolver-se trabalho similar nas suas IES. Como se pode observar o Diagnóstico anexo do caso brasileiro foi valioso, apesar das limitações ressaltadas pela consultora, para a confirmação ou percepção de vários obstáculos que deverão ser considerados para o pleno

incremento do "modelo articulador". Vale acentuar que a estrutura informativa geral da área, tal como se procurou indicar anteriormente, não parece favorecer, pelo menos por enquanto, expectativas promissoras quanto às chamadas "soluções de mercado".

1.3.2 – Esse trabalho deveria ser objeto de projeto com detalhamentos específicos se decidida a sua realização, consideradas as condições diferenciadas dos países membros, como a dimensão mais simples e reduzida do sistema universitário de Paraguai e Uruguai, em comparação com a estrutura complexa dos sistemas argentino e brasileiro. Deveriam ser incluídos também a Bolívia e o Chile devido à sua participação nas reuniões governamentais (Presidentes e Ministros da Educação), facilitada por sua associação com o Mercosul em áreas de livre comércio específicas. Sintomática é por exemplo a assinatura dos Ministros da Educação de ambos países, como "Estados Associados", na decisão que aprovou o II Plano Trienal (1998-2000).

1.3.3 - Provavelmente, o desdobramento desse processo poderia ser recomendação no sentido da criação de sistemas nacionais de intercâmbio informativo entre as universidades de cada país, que poderiam abastecer, mediante um critério de seleção de material de interesse sub-regional neles inseridos, a edição de um informativo eletrônico conjunto. Esse informativo deveria atender também ao interesse de outros blocos ou regiões de acompanhar com agilidade a integração educacional.

1.3.4 - Recomendar-se-ia, por outro lado, se ainda não foi feito, incluir-se no Diagnóstico um levantamento da estrutura e objetivos das iniciativas de constituição de grupos de universidades na sub-região, mencionados em 1.1.5 (Grupo de Montevideo, ARCAM, Associação de Universidades Jesuíticas da América Latina) e outras que eventualmente pudessem existir. Buscar-se-ia o conhecimento das atividades que realmente desenvolvem em função de seus objetivos e sua potencialidade como instrumento de articulação.

1.3.5 - O anteprojeto de criação do Sistema de Intercâmbio Informativo, aprovado durante o I seminário "As Atividades das Universidades sobre o Mercosul. Presente e Futuro", prevê a

"introdução gradual de informações sobre as atividades similares de interesse para o Sistema, desenvolvidas em outros países da região" (Anteprojeto, p. 5). A experiência já acumulada na sua operacionalização permite expectativas positivas quanto à possibilidade de implementação paulatina desse objetivo, com uma relativa revisão da estrutura operacional, tomados em consideração os aspectos técnicos e as características do "modelo articulador" em implantação, através de "Mercosul nas Universidades". A nova etapa poderia conferir a viabilidade dessa possibilidade e/ou detectar conveniências de aperfeiçoamento, se fosse o caso.

J. À MODA DE CONCLUSÃO

J.1 - Os dois documentos que compõem este trabalho coordenado pelo Promer/PUC.Minas tratam de processos pouco estudados e explorados anteriormente. Fazem uma abordagem possivelmente pioneira do tema "Mercosul-Universidades-Informação". Uma parte dos dados para a sua realização foi recolhida por amostragem e em curto prazo que limitaram relativamente a sua profundidade, diversidade e densidade. Deverão, portanto, beneficiar-se do exame e debates que venham a suscitar, tanto para o aperfeiçoamento, ampliação e eventuais correção de dados ou rumos, como para o aprofundamento e convalidação ou não das tendências e/ou conclusões que apresentam.

J.2 - Fica em certa medida pendente a questão da "confiabilidade" das informações, preocupação caracterizada no Termo de Referência, em vista das conclusões dos informes da Fase I do projeto "Levantamento da Cooperação em Ciência e Tecnologia no Âmbito do Mercosul". Pela natureza do padrão informativo definido para o Tema Específico, dever-se-ia considerar o modelo examinado como guia para desdobramentos em benefício do Banco de Dados, por seu potencial para assegurar-lhe a incorporação de pesquisas, teses, publicações e outros documentos. Uma filtragem para assegurar a qualidade do próprio informativo eletrônico, ou a segurança quanto à qualidade/confiabilidade dos dados, seria, como ocorre em projetos dessa natureza: a) um produto da experiência derivada do relacionamento e convivência com as fontes (universidades); b) o resultado de um permanente

monitoramento e de avaliações conjugadas entre o Núcleo Editorial e a coordenação do Banco de Dados e outros mecanismos, com apoio, por hipótese, em um Conselho de Acompanhamento multinacional (países membros).

J.3 - Tal como se assinala na conclusão da Síntese Final do projeto "Levantamento em Ciência e Tecnologia no Âmbito do Mercosul", um fator que, "indubitavelmente, dificulta a cooperação entre os países do Mercosul é que o bloco ainda é muito recente e os atores começam agora a se organizar e pensar sobre o que significa ser/pertencer a um bloco", aspecto levantado por "todo os consultores" junto aos entrevistados. (Velho II, p. 18). Para a aceleração desse processo de organização e pensamento a informação tem um papel essencial a desempenhar, como também ficou claro na Fase I desse projeto. Seria recomendável por isso iniciar-se tão rapidamente quanto possível o intercâmbio sub-regional, a partir dos estudos propostos, evoluindo-se gradualmente dentro do próprio processo de implementação. Algo como a aplicação do princípio dos "círculos concêntricos", isto é, ampliar-se e consolidar-se a partir do centro articulador do processo no ritmo proposto por avaliações periódicas da realidade.

J.4 – Finalmente, vale recalcar que em geral a sugestão de formulação de uma Estratégia de Comunicação Social (H.2) e as considerações anteriormente apresentadas para justificá-la são válidas para toda a sub-região, pois estão orientadas para o processo de integração nucleado no Mercosul.

Referências Bibliográficas

Acordo Marco, Interregional de Cooperação entre a Comunidade Européia e seus Estados Membros e o Mercado Comum do Sul e seus Estados Partes". Ed. Renovar, 1998.

Cardoso, Ana Maria. "Diagnóstico da Geração e Difusão de Informação das Atividades das Universidades sobre o Mercosul. Relatório Final".

Grandi, Jorge/Bizzozero, Lincoln. "Mercosur: Mercado en Formación y Sociedad Civil en Gestión". Revista "Archivos del Presente". Julho/Setembro 1997, No. 9.

Hirst, Mônica. "La Dimensión Política del Mercosur: Actores, Politización e Ideología". Ed. Flacso/Argentina. Novembro de 1995

Jornal da USP. ed. de 13.10.1998, No. 499.

Seminário. "As Atividades das Universidades sobre o Mercosul. Presente e Futuro". Informe Final em suplemento especial da carta "Mercosul". Promer/PUC.Minas. No. 17, novembro/dezembro 1997

Promer/PUC.Minas. Anteprojeto para a criação de um Sistema de Intercâmbio Informativo. 1997

Tinbergen, Jan e outros. "Reshaping the International Order". Citado por Cees Hamelink em "The New International Economic Order and the New International Information Order". Comissão Internacional para o Estudo dos Problemas da Comunicação, UNESCO, Documento No. 34, 1978,

Velho I, Lea. "Documento Síntese do Levantamento da Cooperação em C&T no Âmbito do Mercosul. O Caso do Brasil". Dezembro 1997.

Velho II, Lea. "Síntese Final do Projeto, Levantamento da Cooperação em Ciência e Tecnologia no Âmbito do Mercosul". Dezembro de 1997.